Leis Ordinárias

LEI Nº 15.852, DE 2 DE JULHO DE 2015

(Projeto de lei nº 519, de 2004, da Deputada Beth Sáhio - PT)

Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, para criar campanhas de conscientização dos perigos do consumo de bebidas alcoólicas por jovens e adolescentes, através de:

I - confecção de cartazes, "banners", textos, "jingles" e demais materiais que sirvam para conscientizar os jovens e adolescentes sobre o perigo do consumo de bebidas alcoólicas;

II - programas públicos educacionais nas escolas do ensino fundamental e ensino médio da rede estadual.

DOS RECURSOS

Artigo 2º - O Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes terá anualmente item próprio no Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, nunca inferior a 500.000 (quinhentas mil) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPs).

Artigo 3º - Constituem recursos do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes:

I - dotação orçamentária própria conforme o artigo 2º desta lei;

II - créditos suplementares a ele destinados;

III - devolução de recursos, multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações;

IV - contribuições, doações, transferências, subvenções e auxílios de setores públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

V - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, lhe possam ser destinados.

Parágrafo único - Recursos alocados pelo Fundo, que não tenham sido utilizados total ou parcialmente, serão imediatamente reincorporados ao mesmo, ficando a Secretaria de Estado da Educação responsável por essa reincorporação.

Artigo 4º - Os recursos do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes serão depositados obrigatoriamente em conta-corrente a ser aberta e mantida no Banco do Brasil S/A.

Parágrafo único - Cabe à Secretaria de Estado da Educação a administração e a movimentação dos recursos do Fundo, a partir das decisões do Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes, ressalvadas disposições em contrário desta lei.

Artigo 5º - Cabe ao Conselho decidir sobre a aplicação dos recursos do Fundo nos termos desta lei.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Educação movimentará automaticamente o Fundo a partir das deliberações do Conselho referentes à alocação de recursos em editais, programas públicos e ações estratégicas.

§ 2º - Incluem-se nos termos do § 1º deste artigo as despesas com contratações aprovadas pelas comissões julgadoras dos editais.

§ 3º - Não se incluem neste artigo as despesas previstas no artigo 6º, nem aquelas referentes à operação da conta bancária e exigências legais decorrentes, para as quais a Secretaria de Estado da Educação utilizará os recursos do Fundo, sem prévia autorização do Conselho.

Artigo 6º - Fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a efetuar aplicações financeiras com recursos do Fundo, sem prévia autorização do Conselho, desde que:

I - tais aplicações não comprometam prazos, pagamentos e finalidades do Fundo;

II - tais aplicações tenham rendimentos e prazos fixos garantidos.

Parágrafo único - O resultado dessas aplicações reverterá diretamente para o Fundo, sem usos intermediários.

Artigo 7º - O Fundo terá contabilidade própria administrada pela Secretaria de Estado da Educação.

§ 1º - Durante 2 (dois) anos, os extratos bancários mensais e respectivas demonstrações de receitas e despesas ficarão à disposição para consulta e cópia de qualquer membro do Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes.

§ 2º - Até o final de abril de cada ano a Secretaria de Estado da Educação publicará no Diário Oficial do Estado, e apresentará ao Conselho, o balanço contábil do Fundo referente ao ano fiscal anterior.

§ 3º - O balanço de que trata o § 2º será acompanhado com uma relação discriminada de receitas e despesas, organizadas em listas que identifiquem:

1. data e valor da despesa;

2. o favorecido;

3. o projeto, edital, programa público ou ação estratégica, conforme o caso;

4. a área e a Região Administrativa, quando for o caso;

5. as despesas administrativas;

6. data, valor e origem das receitas;

7. outras informações necessárias para identificar receitas e despesas.

DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 8º - Anualmente, a Secretaria de Estado da Educação poderá utilizar até 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo para pagamento dos membros do Conselho, assessorias técnicas, contratações, serviços, operação de conta bancária e exigências legais decorrentes, divulgação, material diverso e demais despesas necessárias à administração do Fundo.

Artigo 9º - Os 90% (noventa por cento), ou mais, restantes dos recursos do Fundo serão aplicados diretamente nos gastos referentes à execução do proposto nos incisos I e II do artigo 1º.

DOS PROGRAMAS PÚBLICOS

Artigo 10 - Para efeito desta lei, designam-se como programas públicos educacionais: ações, ciclo de palestras, atividades extraclasse, "workshops", exposições de fotos ou figuras, ou qualquer outra atividade realizada nas escolas de ensino fundamental ou ensino médio da rede de ensino estadual, cuja finalidade seja conscientizar o jovem sobre o perigo do consumo de bebidas alcoólicas.

Artigo 11 - A concessão de recursos para os programas públicos conforme o inciso II do artigo 1º e o artigo 9º desta lei será uma decisão exclusiva do Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes.

Artigo 12 - As escolas de ensino fundamental e médio da rede de ensino estadual poderão pleitear verbas ao Fundo para custear um programa local de conscientização dos jovens, realizado com profissionais locais, bem como para a instalação de cartazes e demais materiais e despesas necessárias para a realização do programa local proposto.

§ 1º - As escolas da rede estadual que tiverem interesse em realizar o programa da forma enunciada no "caput" deverão formalizar o pedido dirigindo-se à Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - Os pedidos formulados serão analisados pelo Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes.

§ 3º - Caberá ao Conselho Administrativo o julgamento e análise das proposições enunciadas no § 1º deste artigo, bem como a sua liberação.

§ 4º - A Secretaria de Estado da Educação providenciará os repasses decididos e autorizados pelo Conselho Administrativo.

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 13 - O Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes será composto por 11 (onze) membros, a seguir discriminados:

I - o Secretário de Estado da Educação ou seu representante, que será o Presidente do Conselho;

II - 4 (quatro) membros indicados pelo Secretário de Estado da Educação;

III - 5 (cinco) membros representantes de entidades socioeducacionais que tenham relevância com o tema do alcoolismo;

IV - 1 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, indicado pela presidência da Casa Legislativa, que atuará como fiscal das atividades do Conselho.

§ 1º - As entidades socioeducacionais regionais, estaduais e nacionais deverão indicar os seus representantes à Secretaria de Estado da Educação, por escrito, e estes só serão aceitos mediante aprovação do Secretário de Estado da Educação e do representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

§ 2º - De 2 (dois) em 2 (dois) anos, o Secretário de Estado da Educação publicará no Diário Oficial do Estado, durante o mês de setembro:

1. a relação de nomes que indica para o Conselho;

2. a relação de nomes dos representantes das entidades socioeducacionais que pleiteiam a função de conselheiros;

3. a relação dos nomes aprovados para assumir o cargo de conselheiro.

Artigo 14 - Nos primeiros 10 (dez) dias de janeiro, o Secretário de Estado da Educação homologará e publicará no Diário Oficial do Estado:

I - a composição do Conselho para os próximos 2 (dois) anos, nomeando seus representantes e os representantes das entidades escolhidos nos termos desta lei;

II - o horário e o local da primeira reunião do Conselho, necessariamente na capital do Estado, no primeiro dia útil de fevereiro.

§ 1º - Na primeira reunião, o Conselho assim formado substituirá automaticamente o anterior.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Educação deixará à disposição para exame de qualquer interessado, até o final do ano de cada posse, cópia de todos os documentos referentes à formação de cada Conselho.

Artigo 15 - O membro do Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes terá mandato de 2 (dois) anos, ressalvadas as disposições finais.

Parágrafo único - Qualquer membro poderá ser reconduzido ao Conselho.

Artigo 16 - O Conselho é soberano nas decisões que lhe confere esta lei e delas não cabem recursos.

Artigo 17 - As decisões do Conselho devem ser tomadas por maioria simples de voto.

§ 1º - O "quorum" mínimo para qualquer votação do Conselho é de metade mais 1 (um) de seus membros.

§ 2º - O Presidente só tem direito ao voto de desempate.

Artigo 18 - À exceção do disposto nas Disposições Finais, o Conselho se reunirá ordinariamente no primeiro dia útil de fevereiro de cada ano, na capital do Estado, em hora e local a ser determinado pelo Secretário de Estado da Educação através de publicação no Diário Oficial do Estado nos primeiros 10 (dez) dias de janeiro.

Parágrafo único - Cabe ao Conselho definir seu calendário de reuniões, respeitados os prazos exigidos por esta lei para o cumprimento de suas funções.

Artigo 19 - A Secretaria de Estado da Educação providenciará apoio, espaço, equipamentos e funcionários para os trabalhos do Conselho, que, poderá, também, solicitar assessoria técnica para tomar as suas decisões.

Parágrafo único - O Conselho terá pelo menos um funcionário exclusivamente à sua disposição para lavrar atas e providenciar os encaminhamentos administrativos necessários aos trabalhos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20 - As decisões do Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes referentes à distribuição de recursos do Fundo serão realizadas independentemente da liberação ou disponibilização dos recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 21 - Esta lei dispensa regulamentação para sua aplicação.

Artigo 22 - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 23 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 2015.

a) Fernando Capez - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 2015.

a) Rodrigo del Nero - Secretário Geral Parlamentar

LEI Nº 15.853, DE 2 DE JULHO DE 2015

(Projeto de lei nº 41, de 2006, do Deputado Carlos Neder - PT)

Institui a Política Pública de "Acolhimento aos Cidadãos".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituída a Política Pública de "Acolhimento aos Cidadãos" no sistema estadual de saúde de São Paulo.

Artigo 2º - Os objetivos desta política pública são:

I - difundir a cultura da humanização e do acolhimento na rede pública de serviços e ações de saúde, bem como nos demais serviços vinculados ao sistema estadual de saúde;

II - conceber e implantar novas iniciativas de humanização e acolhimento na rede estadual de saúde, que venham a beneficiar os usuários e os profissionais de saúde;

III - melhorar a qualidade e a efetividade da atenção dispensada aos usuários do sistema estadual de saúde;

IV - desenvolver iniciativas que diminuam o problema das filas nos serviços de saúde, eliminando barreiras físicas e burocráticas;

V - facilitar o deslocamento de usuários nas unidades de saúde, orientando-os por meio de sinalização apropriada;

VI - incrementar a qualidade das ações e serviços de saúde da rede estadual, facilitando o acesso, ampliando a resolutividade das ações e dos serviços, criando vínculos e responsabilizando-se pelos cuidados de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde;

VII - desenvolver um conjunto de indicadores de resultados e sistemas de incentivo ao tratamento humanizado;

VIII - fortalecer e articular as iniciativas de humanização existentes na rede pública de saúde;

IX - estimular a realização de parcerias e intercâmbio de conhecimento e experiências nesta área;

X - articular as ações de acolhimento aos cidadãos nas unidades estaduais de saúde às estratégias de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, desenvolvidas pelos municípios;

XI - melhorar as condições de trabalho no âmbito da rede pública de saúde e tomar os serviços e ações mais integrados, harmônicos e solidários;

XII - capacitar os trabalhadores dos serviços estaduais para atuarem de acordo com um conceito amplo de saúde, que valorize a qualidade de vida e os direitos de cidadania;

XIII - desenvolver uma política de participação e de comunicação com os usuários e trabalhadores da rede pública estadual de saúde que recupere a imagem do sistema junto à comunidade.

Artigo 3º - Vetado.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

Artigo 4º - Vetado.

I - vetado;

II - vetado;

III - vetado;

IV - vetado;

V - vetado;

VI - vetado;

VII - vetado;

VIII - vetado;

IX - vetado;

X - vetado.

Artigo 5º - Em cada serviço de saúde deverá ser designado um profissional para realizar a ouvidoria dos cidadãos que desejem apresentar propostas, opiniões ou queixas.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - O exercício da ouvidoria exige a presença do profissional responsável durante o período de funcionamento da unidade e não implica qualquer remuneração ou gratificação adicional.

§ 3º - Nas unidades cujo funcionamento seja superior a 8 (oito) horas diárias ou que trabalhem em regime de plantão, deverá ser designado um profissional para cada período.

§ 4º - Vetado.

§ 5º - Vetado.

§ 6º - Vetado.

Artigo 6º - O papel da ouvidoria é:

I - atender os cidadãos que desejem apresentar, verbalmente ou por escrito, opinião, queixa ou proposição relacionada ao atendimento realizado na unidade;

II - disponibilizar formulários para o registro de opinião, queixa ou proposta, se o usuário assim o desejar;

III - garantir o sigilo, respeitando o direito de preservação da identidade do cidadão;

IV - encaminhar a queixa ou proposta do cidadão à chefia da seção ou da unidade, quando necessário;

V - garantir que diante de manifestação lavrada por escrito e identificada, seja enviada resposta ao interessado;

VI - manter o registro da manifestação do cidadão e a respectiva resposta em arquivo, por 1 (um) ano;

VII - remeter estatísticas mensais derivadas dos formulários de manifestação dos usuários para as instâncias gestoras superiores;

VIII - vetado.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 2015.

a) Fernando Capez - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 2015.

a) Rodrigo del Nero - Secretário Geral Parlamentar

Sumário

Este caderno, com 48 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

Não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA.....	1	TRIBUNAL DE CONTAS.....	21
LEIS ORDINÁRIAS	8	COMUNICADOS.....	21
ATOS	9	DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.....	31
ADITAMENTO AO EXPEDIENTE.....	10	DESPACHOS	32
DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2015.....	10	ACÓRDÃOS.....	37
PROJETOS DE LEI	10	SENTENÇAS.....	37
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO	10	ORDEM DO DIA DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO.....	39
INDICAÇÕES	10	ATAS DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO	41
DESPACHOS.....	10	EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO	47
EXPEDIENTE.....	10	DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO.....	47
2 DE JULHO DE 2015	10	UNIDADES REGIONAIS.....	47
AUTÓGRAFOS EXPEDIDOS.....	10	ATOS ADMINISTRATIVOS	48
ATOS ADMINISTRATIVOS	19		

Imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretora-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Industrial
Diretor de Gestão de Negócios
Jornalista Responsável
redacao@imprensaoficial.com.br

Maria Felisa Moreno Gallego
 Marcio Abujamra Aith
 Richard Vainberg
 Ivail José de Andrade
 Gabriel Zeitune (MTb 43.569)

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp

CNPJ 48.066.047/0001-84

I.E. 109.675.410.118

Sede e administração

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP

CEP 03103-902

t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

Filiais

• Capital

XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
 Rua XV de Novembro 318 Centro
 São Paulo SP CEP 01013-000

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO